

Intervir n(outr)o Local

Encontro com arquitetos rebeldes em Lisboa

Rosa Arma^a

Resumo

A partir de uma breve aproximação à minha experiência como arquiteta em Portugal, reflito neste texto sobre os espaços de subversão que o atelier Artéria¹ tem vindo a abrir no tecido da cidade de Lisboa, através de práticas inovadoras e de uma postura de arquitetos rebeldes que questionam os paradigmas de intervenção globais e procuram encontrar novas formas de requalificar o espaço urbano e de colaborar na construção do direito à cidade. Refiro-me aqui a alguns projetos específicos do atelier, nomeadamente pequenas intervenções locais participadas que visam construir uma cidade mais democrática, empoderada, inclusiva, justa e qualificada.

Palavras-Chave

Paradigmas de intervenção, Pequenas intervenções locais de requalificação urbana, Espaço produto social, Direito à cidade, Arquiteto rebelde.

Abstract

Starting from a brief approach to my experience as an architect in Portugal, I reflect in this text about the spaces of resistance that the atelier Artéria has been creating in the city of Lisbon, as rebel architects and through innovative practices that question the global paradigms of intervention and seek to find new ways to requalify urban space and to build the right to the city. I reflect here on some specific projects of the atelier, namely small participatory local interventions aimed at building a more democratic, empowered, inclusive, just and qualified city.

Keywords

Paradigms of intervention, Small local interventions for urban requalification, Space as social product, Right to the city, Rebel architect.

«C'è un rapporto estremamente intenso tra lo spazio fisico e chi lo abita, questo m' interessa, altrimenti come potrei fare l'architetto?»

Giancarlo De Carlo²

Introdução: a construção do direito à cidade e o papel do arquiteto rebelde

Em linha com o pensamento de Lefebvre (1974), que lê o espaço como produto do social, a mudança do contexto sociopolítico e territorial determina também uma mudança de paradigma ao nível urbanístico, ou seja, nas teorias invocadas para pensar a situação socio-espacial e nela intervir.

As cidades contemporâneas enfrentam problemas e desafios que não encontram solução nos correntes paradigmas de intervenção, de

iniciativa pública ou privada, geralmente dominados pela lógica do capital, cujos benefícios recaem sobre os grupos de maiores recursos (Harvey, 1980). Para Wallerstein (2010), assistimos a uma crise do sistema capitalista, decorrente do confronto de duas forças em ação: de um lado, o autoritarismo e a desigualdade, do outro, novas formas de resistência que apelam por mais democracia e igualdade.

Com o crescimento populacional a nível mundial, o grande afluxo às cidades e a falta ou insuficiência de programas habitacionais dirigidos para os grupos de menores recursos, assiste-se ao crescimento das margens urbanas autoproduzidas e ao aumento das ocupações ditas irregulares, a par da degradação ambiental, da crise económica, do aumento das desigualdades sócio-espaciais e de fenómenos de exclusão urbana. Para contrariar este cenário, urgem novas

^a Arquiteta italiana, membro do Grupo de Estudos Socio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local (GESTUAL) e doutoranda em Arquitetura, na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, beneficiando de uma bolsa de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

¹ A Artéria é um atelier de Arquitetura que desenvolve projetos de reabilitação urbana singulares, numa perspetiva transdisciplinar, com metodologias de investigação-ação. A Artéria trabalha as dimensões social, cultural e artística da Arquitetura, através da participação direta das comunidades na produção dos programas de intervenção, estabelecendo parcerias com associações locais e entidades públicas (www.artéria.pt). A minha colaboração como arquiteta com a Artéria desenvolveu-se em 2014 no âmbito do projeto europeu Leonardo e em 2015 no âmbito do estagio IEFPP.

² «Existe uma relação extremamente intensa entre o espaço físico e a pessoa que lá mora, isto é o que me interessa, se não como é que eu podia ser arquiteto?». De Carlo, G. (2013). *L'architettura della partecipazione*. Macerata, Quodlibet: p.19.

formas de ‘pensar o urbanismo’, como refere Raposo (2016), parafraseando Le Corbusier (1923). Urgem também novos instrumentos e estratégias de intervenção que promovam a participação das comunidades na tomada de decisões.

Harvey (1980) defende que a pressão coletiva gera condições de transformação. Atualmente, um pouco por todo o mundo, alguns cidadãos têm vindo a tomar a iniciativa de se reapropriar dos espaços urbanos e, dessa forma, redefinirem a relação entre valor, lucro, poder e interesse público, incentivando outros a fazer o mesmo. O que têm feito os arquitetos?

De um lado, assiste-se a uma prática da arquitetura de tipo ‘autoral’, distanciada dos cidadãos, tendo em vista a sua própria espectacularização. Tende-se a esquecer a dimensão da arquitetura vivenciada no dia a dia e a recusar ou reeçar a apropriação e manipulação do tecido construído por parte dos próprios habitantes, concebendo-se o espaço como um vazio sem história. Este tipo de arquitetura proporciona um imaginário perversamente deslocado da realidade social, económica e política contemporânea e não apresenta as condições necessárias para intervir nos territórios marginalizados pelo sistema dominante.

Durante a redação deste texto, chega de Itália a notícia, quase despercebida do grande público, de uma investigação judiciária que envolve doze arquitetos e professores da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federico II de Nápoles, acusados de favorecer organizações criminosas no âmbito de licitações públicas. Revelam-se os tentáculos de um sistema criminoso, em conluio com a *camorra*, que penetra na prática profissional da arquitetura e chega às salas da universidade. Notícias como esta colocam em evidência o domínio da lógica capitalista atual, no qual ganha expressão uma arquitetura que pode transformar-se em ferramenta de poder e submissão, uma arquitetura que veicula a violência dos poderes políticos e técnicos dominantes que apenas servem os interesses dos grupos de maiores recursos e maior poder económico e político.

Em contraponto, vai emergindo uma abordagem participativa que tem vindo a ser cada vez mais invocada, caracterizada por pequenos projetos de intervenção local que incluem os habitantes como autores da transformação do seu lugar. Como refere Raposo (2012), surge à escala mundial um urbanismo alternativo ao sistema dominante, de tipo colaborativo (Healey, 2005), que prioriza a coesão social e territorial, a valorização e requalificação das pré-existências (construídas, ambientais e também culturais e sociais), bem como o reforço

das identidades e solidariedades locais. No quadro deste novo paradigma, delineiam-se intervenções que visam a melhoria das condições de vida, baseadas nos direitos dos beneficiários e adaptadas às realidades sociais, enaltecendo a importância da formação, da investigação, da difusão da informação e do processo como parte da solução (Ascher, 2007; Portas, 2012).

A noção de participação vulgarizou-se na última década e, como referem Raposo, Crespo e Lage (2016), é hoje reclamada por diferentes linhas de pensamento, determinando diferentes práticas, algumas mais *top-down* e conservadoras, outras mais *bottom-up* e transformadoras, com diferentes resultados. Em alguns projetos, a participação tende a constituir apenas uma estratégia de cooptação de consensos e, processos que se anunciam como participativos, não são acessíveis a todos, assentando numa abordagem *top-down*, não acessíveis a todos, bem como no trabalho voluntário de estudantes ou finalistas do curso de arquitetura, ávidos por participar em ‘eventos’ que preencham os respetivos currículos. É o caso, por exemplo, dos inúmeros workshops de construção de micro-arquiteturas em espaço público, desconhecidos pelos próprios beneficiários e cujo impacte dura apenas o tempo do acontecimento.

Reflico neste texto sobre práticas comprometidas com a inclusão, a participação e a emancipação e que parecem questionar o paradigma de intervenção dominante, constituindo ensaios de construção do Direito à Cidade tal como preconizado por Lefebvre (1968), entendido, na linha de Raposo (2016), como: (i) o direito de todos de ter acesso aos serviços urbanos; (ii) o direito de todos a uma nova centralidade e a uma cidade mais democrática, governada pelo valor de uso; (iii) o direito de todos serem co-autores da transformação da cidade, o ‘direito à obra’, à participação ativa. O Direito à Cidade assim definido e a figura do ‘arquiteto insurgente ou rebelde’ delineada por Harvey (2004) são os conceitos estruturantes da leitura das intervenções aqui apresentadas.

Ao analisar as transformações operadas pelo capitalismo e ao defender um novo pensamento utópico, o ‘utopismo dialético’³, Harvey (2004) destaca a figura do ‘arquiteto rebelde’. O uso da imaginação é central na sua teoria e estimula-se a imaginação no sentido de esta poder construir possibilidades em direção à autotransformação do homem. Harvey aponta limites à capacidade de imaginar, que se encontram no vasto conjunto de regulamentações sobre o espaço e na negociação, “que está sempre na base de todas as práticas políticas e arquitetónicas” e que “envolve as pes-

³ O ‘utopismo dialético’ “implica a disposição, mesmo que seja no mundo do pensamento, de transcender ou reverter as formas impostas pela acumulação descontrolada do capital, pelos privilégios de classe e pelas amplas desigualdades de poder político-económico” (Harvey, 2004 p.262).

soas que buscam transformar-se umas às outras e ao mundo, assim como a si próprias” (Harvey, 2004, p.309). Se, para Harvey, cabe ao homem tanto o papel de construtor do conjunto de regras e normas, quanto o papel de violador das regras e normas que cria, a emancipação do homem e a construção do novo vêm exatamente desta ambivalência. O arquiteto rebelde tem o papel de provocar, através do uso da sua imaginação, a crítica às regras do modo de produção capitalista e a revelação de contradições e possibilidades de superação das mesmas. As próprias contingências e ambiguidades da modernidade revelam-se assim o motor dialético da sua superação em direção à criação de novas possibilidades. O apelo para agirmos como arquitetos rebeldes comprometidos com o utopismo dialético é assim enunciado:

“Imaginemos que somos arquitetos, todos dotados de uma ampla gama de potencialidades e capacidades, inseridos num mundo físico e social pleno de restrições e limitações manifestas. Imaginemos ainda que estamos nos empenhando em transformar o mundo. Na qualidade de habilidosos arquitetos inclinados à rebeldia, temos de pensar estrategicamente e taticamente acerca do mudar e de onde mudar, sobre como mudar, o quê e com que ferramentas. Porém também temos de continuar de alguma maneira a viver neste mundo. Temos aqui o dilema fundamental que se acha diante de todo aquele que se interessa por uma mudança progressista” (Harvey, 2004, p.305).

O breve relato que aqui faço sobre o trabalho desenvolvido pelo atelier Artéria constitui uma primeira aproximação a uma reflexão mais profunda, iniciada no quadro da minha tese de doutoramento, sobre os processos e projetos arquitetónicos com maior potencial para contribuir para uma cidade mais democrática e empoderada, inclusiva e justa, qualificada e sustentável. O objetivo é aprofundar o estudo dos percursos realizados e interrogar o futuro no que tange às experiências participativas no cenário português, identificando as práticas que contribuem para uma verdadeira e mais radical transformação da cidade e da sociedade.

Ao encontro de um percurso de arquiteto rebelde

O tema da (re)qualificação, da participação e da sustentabilidade tem vindo a ser trabalhado ou abordado: nos projetos que realizei sobre os vazios urbanos e o reuso da arquitetura (Arma, 2008), bem como nos projetos para países em vias de desenvolvimento (Arma, 2013); no curso de especialização em Territórios Colaborativos que frequentei no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (edição de 2016); e nos numerosos workshops em que tive a oportunidade de participar acerca do espaço público e da sua revitalização, da arquitetura vernacular, dos materiais naturais e da autoconstrução.

A minha colaboração posterior em projetos de cooperação internacional – ‘Una Casa Comunitaria per San Pedro’ em Oaxaca, no México, com a associação Archintorno e a organização não governamental Campo, e ‘WhyNotAcademy, the New School’ em Mathare, em Nairobi, no Kenya, com a LiveinSlums – obrigaram-me a dirigir a minha reflexão para um entendimento da práxis assente na responsabilidade social e na forte ligação com o contexto local.

Em Lisboa, tive a oportunidade de desenvolver, em colaboração com ateliers de arquitetura, organizações públicas e privadas, artistas e outros profissionais, uma diversidade de ações que não pertencem apenas ao domínio da arquitetura, tais como: explorações urbanas, acompanhamento de pessoas de várias gerações no seu dia-a-dia, mapeamentos colaborativos e *photovoices*, autoconstrução de microarquitecturas com as comunidades, eventos e ações performativas, instalações artísticas, implementação de plataformas e criação de redes, projetos de investigação, serviços educativos nas escolas públicas, workshops de ‘desenho de rua’ e mediação em grupos de trabalho. Através do coletivo Bairro Aberto⁴ e das suas ações no Alvito Velho (Imagem 1), do projeto Pampulha Cria Valor⁵ – em parceria com o ISCTE, a Fundação Aga Khan e a Junta da Freguesia da Estrela (Imagem 2) – e, sobretudo, dos outros projetos no âmbito do programa BIP/ZIP⁶ que desenvolvi em colaboração com o atelier Artéria, tive a possibilidade de mergulhar numa realidade urbana desconhecida e não apenas geograficamente distante, tendo em conta a minha cidade natal, Roma.

⁴ Bairro Aberto é um coletivo que se formou no contexto do Curso de Especialização em Territórios Colaborativos 2016 do ISCTE. Quer tornar o Alvito Velho em Lisboa num bairro acessível a todas as gerações, através de processos colaborativos com a comunidade local (Arma, Jacinto e Silva, 2015).

⁵ ‘Pampulha Cria Valor’ é um projeto premiado no âmbito do Programa BIP/ZIP 2015 e 2016, promovido pela Junta da Freguesia da Estrela, a Fundação Aga Khan e o Centro Social e Paroquial São Francisco de Paula. A atividade ‘A Rua é de Todos’ teve como objetivo a avaliação e melhoria da acessibilidade urbana do território analisada num processo colaborativo com os atores locais, através do sentimento de confiança e conforto com que a população, especialmente idosa, entende e vive o espaço público (Arma e Jacinto, 2017).

⁶ O Programa BIP/ZIP foi lançado em 2011 com a intenção de requalificar bairros e zonas da cidade, definidas de ‘intervenção prioritária’. Aposta na realização de pequenas intervenções locais, capazes de “criar respostas viáveis para situações de emergência social e urbanística” (<http://habitacao.cm-lisboa.pt>).

Foi em Lisboa que tive a oportunidade de efetivamente intervir no local, ou seja, num local que não é o meu local de origem. Esta circunstância, bem como a comparação entre ‘locais’ diferentes, foi fundamental no processo de aproximação às problemáticas e aos desafios da condição arquitetónica e urbana contemporânea nos territórios marginais. Nos novos espaços de subversão abertos por arquitetos através da inclusão crescente e da efetiva iniciativa cidadã na requalificação urbana, tive a possibilidade de uma aprendizagem prática sobre como intervir de forma participada no local.

Segundo Craveiro (2014), pode dizer-se que há hoje em Lisboa “uma crescente sociedade civil, mais moderna, que se está a organizar numa perspetiva de participação propositiva”. Lisboa tem de facto vindo a delinear diversas estratégias de reabilitação e regeneração urbana. O Programa BIP/ZIP – Programa para os bairros e zonas de intervenção prioritárias – foi lançado pelo Pelouro da Habitação e dos Direitos Sociais da Câmara Municipal de Lisboa, tendo tido até hoje sete edições (2011-2017), com mais de 200 projetos aprovados, representando um financiamento superior a 9 milhões de euros e envolvendo cerca de 500 entidades. O BIP/ZIP visa dinamizar parcerias e pequenas intervenções locais, pois o objetivo do programa não é o investimento massivo em infraestruturas ou habitação. Procura promover a cidadania ativa e a capacidade de auto-organização, o diálogo entre os moradores e os diferentes atores presentes no local, para uma transformação participada dos bairros, bem como o reforço da sua integração na cidade. Segundo Raposo (2016), o programa BIP/ZIP contribui de maneira decisiva para o direito a uma vida urbana e a uma centralidade renovada; introduziu processos mais participados e democráticos e lógicas que criam novos equilíbrios de poder no planeamento da cidade, pelo que podemos considerar que contribui para o Direito à Cidade, na visão emancipatória de Lefebvre.

Os projetos da Artéria

O atelier Artéria desenvolveu vários projetos no âmbito do BIP/ZIP destacando-se o projeto da Casa Comunitária da Mouraria, sede da Associação Renovar a Mouraria em Lisboa, financiado em 2011. A Associação tem como fim a revitalização e o desenvolvimento local do bairro da Mouraria, bem como a dinamização cultural e artística do território e a melhoria das condições de vida dos seus habitantes. Para isso, proporciona



Imagem 1 - Ação com maquete interativa do Alvíto, dia 14 de Maio 2016

Fonte : autora

Imagem 2 - Acompanhamento de idosos na Pampulha

Fonte : autora

(leitura de cima para baixo)

ações de sensibilização e capacitação dos moradores, de reforço das suas condições económicas, promovendo o sentido de comunidade, a defesa do património histórico, cultural e humano do bairro. Tendo como base a Casa Comunitária, a Associação organiza, entre outras ações, cursos de português, alfabetização, oficinas, cinema, concertos, jantares temáticos e visitas guiadas que contam com a participação dos moradores. A Casa Comunitária tornou-se um equipamento comum e representa um *Manifesto* pela reabilitação integrada⁷: um modelo de requalificação urbana e, ao mesmo tempo, de intervenção so-

⁷ http://www.arteria.pt/portfolio/edificio-manifesto_7



Imagem 3 - Anúncios luminosos na
'Avenida Intendente'

Fonte: : autora

Imagem 4 - Instalação de luz na 'Avenida Intendente'

Fonte: : autora

(leitura de cima para baixo)

cial, cultural e económica, contrapondo-se a um urbanismo difusor de uma perspetiva de higienização e embelezamento, assente na transformação dos bairros populares em áreas centrais da cidade ou em intervenções de *fachadismo*, ou seja, de manutenção das fachadas e demolição do interior do edifício.⁸

Menos conhecido é o projeto da Avenida Intendente, elaborado em parceria com o Teatro Praga e a Associação Cultural Xerém, também financiado pelo Programa BIP/ZIP em 2014. A Avenida Intendente é uma intervenção nas ruas do Benfornoso e dos Anjos (Imagens 3 e 4), que contou com a participação da Artéria no Plano estratégico de Desenvolvimento Comunitário

da Mouraria (PDCM), iniciada com o projeto da Mouraria.

Na primeira década deste século, com a requalificação do Largo do Intendente em 2012, acentuou-se uma separação entre territórios contíguos, caracterizados por diferentes escalas e vivências. A Rua do Benfornoso e a Rua dos Anjos foram perdendo habitantes e visitantes, o comércio decaiu e, com ele, a vida de rua, devido à má iluminação e à degradação do espaço público, que alimentam uma sensação de insegurança a quem as percorre.

A intervenção da Artéria teve como objetivo a inserção das duas ruas na requalificação urbana já iniciada no Largo, impulsionando um processo de recuperação do passado movimentado de um dos eixos mais estruturantes da cidade, com um papel significativo na economia local, atraindo assim, o público do Largo para os seus bastidores. O projeto desenvolveu-se na forma de: anúncios luminosos para os bares mais antigos da zona – o Cantinho do Benfornoso, o Tominho, o Sarriá, o Maravilhas e a Tasquinha do Benfornoso –, instalações temporárias de luz em pontos-chave do eixo, cujo desenho foi feito com base nas histórias e memórias que comerciantes e habitantes do Intendente partilharam com a equipa acerca de locais míticos da zona, como o Aristof, o Império, o Istambul e o Sol; galerias de obras instaladas nas vitrinas das lojas ao longo do eixo, fruto do encontro entre artistas e comerciantes; leituras por André Teodósio, do Teatro Praga, no chafariz da Rua do Benfornoso, de materiais recolhidos e produzidos ao longo do processo; debates na coletividade local 'Os Amigos do Minho', para refletir sobre o território, o projeto e a oportunidade da geração de novas dinâmicas económicas, sociais, culturais e, talvez, urbanísticas. Permanecem ainda hoje na Rua do Benfornoso os anúncios luminosos, embora 'reapropriados' pelos novos donos dos bares e, a pedido da Junta de Freguesia de Arroios, as instalações de luz Istambul, Aristof e Sol Bar, que fortaleceram a ligação da Avenida Intendente ao Largo e convidam novos públicos a atravessá-la.

Embora tenha vindo a incidir a sua ação sobretudo nestas áreas mais centrais e históricas, a Artéria também tem vindo a intervir em áreas mais marginais do município de Lisboa. É o caso da Zona Não Viguada, projeto que recebeu o apoio do Programa BIP/ZIP em 2014, promovido pela companhia teatral Casa Conveniente, mais precisamente pela encenadora Monica Calle, que quis mover uma dinâmica cultural do Cais do Sodré até à Zona J, em Chelas. A Zona Não Viguada nasceu do trabalho da encenadora

⁸ Esta política de renovação urbana marcou nomeadamente a parte baixa do bairro da Mouraria, no Largo do Martim Moniz, entre os anos 1930 e 1960.

em meio prisional e da integração de ex-reclusos provenientes da Zona J nas suas equipas artísticas e na abertura dessas a artistas sem formação académica e em situação de desemprego, oriundos do mesmo bairro. Nas palavras da encenadora: “A vinda para cá [para Chelas] correspondeu ao facto de o Cais do Sodré ter deixado de ser um sítio de margem e de fluxos. Era necessário recomeçar outra vez [...]. Viemos para aqui, para um bairro social, aonde acredito que tudo é possível e vai acontecer”⁹. O objetivo era “agir a partir da margem, sobre a margem e, daí, questionar e repositonar o centro”¹⁰, através da criação de percursos dentro do bairro e de um movimento do centro para a margem, trazendo públicos fidelizados por um trabalho artístico reconhecido, de mais de vinte anos, para a Zona J e, dessa forma, abalando os preconceitos em relação a esta.

A Câmara Municipal de Lisboa cedeu à Mónica Calle um espaço vedado, uma casa desocupada, que o atelier Artéria reconverteu num teatro aberto sobre o bairro, criando duas portas de entrada e um espaço sem obstáculos à comunicação entre *o dentro e o fora*, onde todos os moradores de Chelas sintam como algo que lhes pertence. Não só a conceção do projeto, como a própria intervenção, decorreu de forma aberta, articulando-se com as atividades teatrais previstas e com as necessidades e variáveis que se iam gerando ao longo do processo. Cada espetáculo tinha uma cenografia diferente, ligada a uma fase específica do projeto de reabilitação. Dessa forma, atores e públicos participaram na transformação do espaço. As parcerias estabelecidas com grupos informais do bairro – um constituído por mulheres, outro por jovens criadores –, tem vindo a reforçar a inclusão pela arte e a interação com os habitantes do bairro. A realização de várias edições do Festival Zona Não Vigliada, que se torna cada vez mais uma referência no panorama cultural de Lisboa, parece progressivamente reduzir o medo dos ‘de fora’ em frequentar a Zona J.

Entre os projetos da Artéria, destacam-se outras intervenções mais ‘voláteis’, ‘construções virtuais’ de redes e conhecimentos, como por exemplo: a Rede de Carpintarias de Lisboa (2013), seguida da Rede de Artes e Ofícios de Lisboa (2017), com o objetivo de resgatar o saber técnico especializado e o comércio de proximidade; as interfaces Agulha num Palheiro e *Lisbon Skyline Operation*, que pretendem funcionar como ferramentas para a democratização

da regeneração da cidade de Lisboa; e os serviços educativos que convidam os alunos das escolas básicas a refletir em torno dos projetos, a desenvolver as suas capacidades de abstração, de leitura e representação espacial, bem como a transmitir a importância de cuidar a cidade e o seu património.

A Artéria: exemplo de uma arquitetura comprometida

No livro *The Power of Experiment*¹¹, publicado recentemente pela Artéria, explora-se a relação entre o ensino e a prática da arquitetura e, a partir do mote da 4ª Trienal de Arquitetura de Lisboa *The Form of the Form*, procura-se “analisar, interpretar e desmontar os ‘modos de fazer’, as ‘condições de produção’ da arquitectura”¹². Nas palavras de Ana Jara e Lucinda Correia, fundadoras da Artéria, “as razões da crescente perda do poder de intervenção da arquitectura têm muito a ver com o afastamento dos arquitectos das questões do seu tempo e com a tendência para a construção de um argumentário subjectivo que tende a colocá-los fora do campo das tomadas de decisão”¹³.

No atelier Artéria investiga-se de forma crítica o papel do arquiteto, o cruzamento da arquitetura com outras disciplinas, a possível colaboração com organizações públicas e privadas, artistas e outros profissionais, com o objetivo de aprender a observar e transformar criativamente a cidade e de procurar as novas respostas e práticas que a cidade contemporânea exige.

A Artéria desenvolve projetos sensíveis às especificidades locais e usa táticas alheias às metodologias e aos procedimentos tradicionalmente aceites, alternativos aos instrumentos de gestão territorial consagrados. Os seus projetos de requalificação urbana vão para além do desenho e da construção de edifícios. Constituem dispositivos e estratégias de reativação da cidade e da cidadania e são sensíveis às noções do direito à cidade, da habitabilidade básica e do desenvolvimento territorial e comunitário, bem como às metodologias participativas e aos temas da coesão e inclusão social. Os principais públicos alvo dos projetos da Artéria são os grupos de menores recursos, comunidades à margem, organizações da sociedade civil, associações locais e privados, ameaçados pela lógica de mercado e, cada vez mais, por processos de gentrificação.

Estes projetos conduzidos numa abordagem

⁹ Da reportagem ‘A Zona J quer sair da Redoma’ de Vitór Belanciano no *Público On-line* de dia 25 de Setembro de 2015.

¹⁰ *Ibid.*

¹¹ *The Power Of Experiment* é o nome do Satélite Nórdico da 4ª Trienal de Arquitetura de Lisboa (2016), um Workshop, uma Exposição e um Livro, cuja curadoria é da Artéria, financiado pelo Nordic Culture Fund.

¹² Apresentação do livro *The Power of Experiment* na livraria Tigre de Papel (Lisboa), em Março de 2017.

¹³ *Ibid.*

interativa, seja de iniciativa pública ou promovidos por associações locais, equipas académicas ou ateliers privados, em conjunto com os agentes locais, da sociedade civil ou do poder local, não estão, todavia, isentos de conflitos. Também nestes casos, estamos perante uma arena social (Sardan, 1995), na qual se confrontam atores com racionalidades e interesses diferentes. O resultado dos projetos participativos está dependente da relação de forças entre os diversos agentes envolvidos (Raposo, 2016a). O hiato entre os saberes político-técnicos e o saber comum, constitui um dos obstáculos dos projetos participativos (Raposo, Crespo e Lage, 2017) e também pode ser gerador de conflitos. Como refere Guerra (2010), o conflito faz parte dos processos participativos, requerendo resiliência da parte de todos os participantes, mas pode contribuir para o empoderamento cidadão.

Experienciei na Artéria a entrega diária a desafios e a práticas de trabalho comprometidos com a inclusão, a participação e a emancipação dos cidadãos. A prática de uma arquitetura ‘menor’, da arquitetura da quotidianidade (Tucny, 1978), marcada por relações de proximidade com as coletividades locais e promotora de processos abertos às particularidades de cada tempo e de cada território, pressupõe um comprometimento contínuo com a própria vida, com os modos de pensar e viver no quotidiano. A arquitetura torna-se deste modo uma ‘ciência nómada’ (Deleuze e Guattari, 1997), imprevista e aberta a deformações, metamorfoses, aberrações, intuições e ao acaso.

A Artéria promove esta abordagem investigativa, imaginativa e experimental, uma atitude quase ‘deambulatória’ de escuta dos lugares (alternativa a um sistema que procura policiar e limitar a complexidade contemporânea ao cumprimento de normas), e incentiva a troca de papéis entre o consumidor e o produtor, entre ‘professor e aluno’, a fim de estabelecer um novo diálogo. Com as suas práticas, as arquitetas da Artéria podem ser consideradas ‘arquitetos rebeldes em ação’ (Harvey, 2004) que contribuem para a construção de uma cidade mais democrática e empoderada, inclusiva e justa, qualificada e sustentável.

Nota conclusiva

Ao longo desta viagem como arquiteta para longe da minha cidade, Roma, passando pelo México e pelo Quênia, até aos espaços de resistência em Lisboa, redescobri o sentido de uma prática profissional que recusa as lógicas tecnocráticas e as abordagens *top-down* e se centra no

local, seguindo uma abordagem interativa e que requiere a participação da população e de parceiros multidisciplinares.

Através do cruzamento das experiências desenvolvidas em Lisboa e noutros contextos, comecei a refletir em torno do impacte das pequenas ações locais participadas e na forma como estas podem contribuir para uma transformação mais profunda do bairro e da comunidade onde se intervém, bem como de toda a cidade e sociedade. Como refere Raposo (1999), na linha de Lefebvre (1974), o espaço urbanizado “resulta da interação entre condicionantes, determinismos ou constrangimentos estruturais (Estado – poderes, instituições, ideologias, instrumentos de planeamento, ... –, mercado, guerra) e as estratégias e capacidade de ação dos habitantes”.

A pesquisa em curso no âmbito do doutoramento, que este texto anuncia, pretende responder a duas questões principais: (i) quais são as praxis mais empoderadoras que têm condições de ser replicáveis ou transmissíveis para outros lugares, que favorecem uma maior aproximação às problemáticas e aos desafios da cidade contemporânea desigual e competitiva, em transformação contínua; (ii) que praxis podem contribuir para uma cidade mais democrática, empoderada, inclusiva e justa que se constitua como um texto aberto, no qual os seus habitantes se possam transformar em escritores de novas geografias mais humanas nas suas tramas esquecidas.

Referências bibliográficas

- Altés, Alberto; Correia, Lucinda; Jara, Ana (2016), *The Power of Experiment*, Lisboa: Ed. Artéria.
- Arma, Rosa (2008), *Reconverting Spaces. A Napolitana, Antiga Fabrica De Moagem de Lisboa – Edifício dos Silos*, Tese da Licenciatura, Roma: Università degli Studi La Sapienza.
- Arma, Rosa (2013), *Architecture is a Human Right. Progetto di un Ospedale in terra cruda, a Itoolo (Tanzania, Africa)*, Tese de Mestrado, Roma: Università degli Studi La Sapienza.
- Arma, Rosa; Jacinto, Rita; Silva, Diogo (2015), *Bairro Aberto. Acessibilidade e relações sociais no bairro do Alvito*, Relatório Curso de Especialização em Territórios Colaborativos, Lisboa: ISCTE.
- Arma, Rosa; Jacinto, Rita (2017), *A Rua é de Todos*, Relatório. Lisboa.
- Ascher, François (2007), *Novos Princípios*

do *Urbanismo*, Lisboa: Livros Horizonte.

- Craveiro, Maria Teresa (2014), *A experiência do programa Bip/Zip na recuperação das áreas centrais de Lisboa e as novas dinâmicas de reabilitação urbana*, 4º Coloquio Brasil-Portugal, São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie.

- De Carlo, Giancarlo (2013), *L'architettura della partecipazione*, Macerata: Quodlibet.

- Deleuze, Gilles; Guattari, Félix (1980), *Mille plateaux*, Paris: Éditions de Minuit.

- Guerra, Isabel (2010), "Participar porquê e para quê? Reflexões em torno dos efeitos da democracia local na equidade e na legitimidade dos eleitos", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 91, pp. 121-134.

- Harvey, David (1980), *A justiça social e a cidade*, São Paulo: Editora Hucitec.

- Harvey, David (2004), *Spaces of hope*, Edinburgo: Edinburgh University Press.

- Harvey, David (2008), "The right to the city", *New Left Review*, n.º 53, pp. 23-40.

- Le Corbusier (1923), *Vers une architecture*, Paris : Éditions Crès.

- Lefebvre, Henri (1968), *Le droit à la ville*, Paris: Anthropos.

- Lefebvre, Henri (1974), *La production de l'espace*, Paris: Anthropos.

- Olivier de Sardan, Jean-Pierre (1995), *Anthropologie et développement: essai en socio-anthropologie du changement social*, Marseille: APAD ; Paris : Karthala.

- Portas, Nuno (coord.); Domingues, Álvaro; Cabral, João (2012), *Políticas Urbanas II. Transformações, Regulação e Projectos*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Raposo, Isabel (1999), *Urbaniser villages et maison*, Tese de Doutoramento, Paris: Institut d'Urbanisme de Paris, Université de Paris XII, Val de Marne.

- Raposo, Isabel (2012), "Bairros de génese ilegal: metamorfoses dos modelos de intervenção", em Manuela Mendes, Carlos Ferreira, Teresa Sá, José Luís Crespo (coords.), *A cidade entre bairros*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 107-109.

- Raposo, Isabel (2016), "Marginal urban areas metamorphosis: A new global Phenomnon needs new ways of thinking and intervening. Lisbon Metropolitan Area (Portugal)", em Ognen Marina, Armando Alessandro (eds.), *Inclusive/Exclusive cities*, Skopje: Sinergi Project, pp. 68-92.

- Raposo, Isabel (2016a), "Pelo Direito à Habitação e à Cidade: a Construção de redes alargadas de discussão", Fernando Matos Rodrigues,

António Fontes, Manuel Carlos Silva, André Fontes (coords.), *A cidade da participação*, Porto: Edições Afrontamento, pp. 21-25.

- Raposo, Isabel; Crespo, José Luís; Lage, Joana (2016), "Participatory approaches in the qualification of semiurbanised periurban areas: The case of the Odivelas Vertente Sul Area", em Manuela Mendes, Teresa Sá, João João (eds.), *Architecture and the Social Sciences Inter and Multidisciplinary Approaches between Society and Space*, Londres: Springer.

- Tucny, Jan (1978), "Urbanisme de la quotidienneté", *Architecture Intérieure. Collectivités Locales*, n.º 134, pp. 68-69.

- Wallerstein, Immanuel (2011), "Structural Crisis in the World-System. Where do we go from here?", *Monthly review*, Vol. 62, n.º 10.